

**TERMO DE CONTRATO
Nº...../2017/SMCAS, FIRMADO ENTRE
O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E A
EMPRESA, PARA SERVIÇOS
FÚNEBRES E DE TRANSLADO DE
CORPO EM ÓBITO EM
CONFORMIDADE COM O
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2017**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência, pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e contratos – GCLC, Sr Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob nº 139.673.040-00, doravante denominado **CREDENCIANTE** e de outro lado a, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida no Município de, na Rua Nº , neste ato representada pelo Sr., portador do CPF nº, doravante denominada **CREDENCIADA**, celebrou-se o presente Contrato de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, regendo-se pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: É objeto do presente contrato o credenciamento de empresa para a prestação de serviços funerários, em atendimento a lei 8.742/93, regulamentada pela Lei Municipal nº 6.860/10. Para atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade social do Município do Rio Grande/RS e seus distritos, que não possuem condições de contratarem serviços fúnebres, em conformidade com o termo de referência anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR A SER PAGO: O valor a ser pago pelos serviços será realizado em conformidade com o valor estimado constante no termo de referência anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o procedimento, atesto da SMCAS e emissão de faturas relativas ao quantitativo do objeto executado

CLÁUSULA QUARTA – DA COBERTURA FINANCEIRA: As despesas decorrentes deste Contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

12 Secretaria de Município da Cidadania e Assistência Social
02. Fundo Municipal de Assistência Social
08. Assistência Social
244. Assistência Comunitária
0256. REDE SUAS – Proteção Social Básica
2494. Programa Benefícios Assistenciais
3.3.9.0.39.00.00.00.00. Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
Recurso Livre 01 Código reduzido :264

12 Secretaria de Município da Cidadania e Assistência Social
02. Fundo Municipal de Assistência Social
08. Assistência Social
244. Assistência Comunitária
0256. REDE SUAS – Proteção Social Básica
2494. Programa Benefícios Assistenciais
3.3.9.0.39.00.00.00.00. Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
Recurso Livre 01 Código reduzido :264

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO: O prazo para a prestação dos serviços aqui descritos será de 12(doze) meses corridos, contados da assinatura do contrato, podendo ser este prazo prorrogado de conformidade com o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – O credenciado ainda se obriga a:

I-prestar os serviços contratados através de seu quadro técnico-profissional, com todo zelo e diligência;

II-os serviços funerários deverão garantir a dignidade e o respeito à família beneficiária

III – atender a família beneficiária de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços.

IV - a Credenciada deverá comunicar à Contratante qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.

V – a Credenciada responsabilizar-se-á por todos os danos causados ao Credenciante e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.

VIO Credenciado deverá manter durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

VII - Os serviços contratados serão prestados através dos profissionais do estabelecimento credenciado no local indicado no Alvará de Funcionamento, sendo vedada o fornecimento em dependências ou setores próprios do Município;

VIII - É de responsabilidade exclusiva e integral do Credenciado a utilização de pessoal técnico e habilitado para fornecimento do objeto contratado, bem como a quitação dos

3

encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município;

IX - É vedada a participação, direta ou indiretamente na prestação dos serviços credenciados, de qualquer servidor público, na condição de estágio probatório, de efetivo, de função gratificada ou de cargo em comissão, de dirigente do Município ou de responsável pelas licitações, conforme art. 9º, III, § 3º, da Lei nº

8.666/93 e suas alterações, nem aquele que estiver em exercício de mandato eletivo ou com registro oficial de candidatura para cargo eletivo;

X - Qualquer dano físico ou material ocasionado a terceiros, por ocasião do fornecimento, objeto deste instrumento, é de inteira responsabilidade do Credenciado

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: A CONTRATANTE obriga-se perante o CONTRATADA a:

- a) Efetuar o pagamento conforme transcrito neste contrato;
- b) Efetuar a fiscalização do contrato através da SMCAS;

CLÁUSULA OITAVA - O Credenciante reserva-se o direito de fiscalizar a o presente contrato através da Secretaria de Município de Assistencial Social – SMCAS, a qual nomeará serviços para a devida fiscalização.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES: À CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

- a) advertência;
- b) Multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO: A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

4

Parágrafo Primeiro: A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicará em imediata suspensão do Contrato.

Parágrafo Segundo: Constituirão motivos para a rescisão do contrato o não cumprimento das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, de de 2017.

.....
Contratada

Maria Cristina Carvalho Juliano
Secretária de Município de Cidadania e Assistência Social

Ademir Giambastiani Casartelli
Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos
CC.: SMF/SMCAS/GCLC/CONTRATADA

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável nomeia como Fiscal do Contrato o (a) Senhor (a).

e _____ o (a) senhor
(a) _____.

ciente:

Fiscal administrativo

Fiscal do Serviço

Maria Cristina Carvalho Juliano
Secretária de Município de Cidadania e Assistência Social

Rio Grande, de de 2017